

Regimento do Senado na reta final

O Senado Federal deve votar, na próxima semana, o pedido de urgência para a tramitação do anteprojeto de Regimento Interno da Casa, segundo previsão do relator da matéria, senador Dirceu Carneiro (PMDB/SC). Só desta forma será possível decidir a reformulação das normas regimentais antes que se encerre o esforço concentrado, dia 15 de dezembro, e o Congresso conclua o ano legislativo.

Sexta-feira o senador Dirceu Carneiro leu no ple-

nário o anteprojeto com o parecer sobre as emendas e sugestões que recebeu. Para facilitar o trabalho de plenário, que inclui uma etapa de apresentação de emendas e discussão, o relator resolveu receber sugestões antecipadamente dos parlamentares, além de manter contatos permanentes com os colegas consultando-os sobre todos os pontos do novo Regimento.

A partir de segunda-feira, a Mesa deve tomar

as providências para colocar a matéria para votação em regime de urgência. Com isto, todos os prazos de sua tramitação são reduzidos à metade e o Regimento pode ser aprovado ainda este ano pelo Senado.

Dirceu Carneiro lembra que o Regimento que está para ser aprovado pelo Senado terá um caráter transitório. Na sua interpretação, existem ainda muitas questões da nova Constituição que precisam ser decididas e que dizem respeito

as normas regimentais, como a definição da abrangência das competências das Comissões Parlamentares de Inquérito. Só depois da regulamentação deste e de outros pontos o Senado elaborará seu Regimento definitivo, o que deve ocorrer depois das eleições presidenciais, como prevê o senador.

Por enquanto, o anteprojeto de Regimento apresenta normas que atendem às alterações constitucionais, atribuindo maior agilidade

ao Senado. Dirceu Carneiro tem certeza que a definição do número de comissões será a questão mais polêmica na apreciação da matéria. Para isto, ele lembra que dois pontos devem ser levados em conta: as comissões ganham poder decisório, pela nova Constituição, e precisam ainda manter um debate que aprofunde os temas que serão tratados. Pode haver casos em que apenas três senadores decidirão sobre um projeto de lei, mas esta questão ainda

será discutida em plenário.

Vai gerar polêmica, ainda, na opinião de Dirceu Carneiro, a questão das lideranças. Ele acha que se forem seguidos à risca os dispositivos constitucionais, o Senado terá mais líderes que liderados: líderes da maioria, da minoria, do Governo, da oposição, dos partidos e dos blocos. Isto porque o senador defende em seu projeto que as legendas com pequena representatividade poderão escolher um porta-voz e não um líder.